ISSN: 2358-8829

CONSTRUÇÃO SOCIAL DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: A BARREIRA A SER QUEBRADA

Nayanne Vitória Matias Araújo [1]
Ariany Vitoria Lopes de Souza [2]
Maria Letícia Belarmino da Silva [3]
Gustavo Henrique Vieira de Carvalho [4]
Profª Dra. Roberta de Granville Barboza (orientadora) [5]

INTRODUÇÃO

A construção social de gênero constitui um processo histórico, cultural e relacional pelo qual são produzidos valores, comportamentos, expectativas e papéis atribuídos a homens e mulheres. Desde a infância, os sujeitos vivenciam processos de socialização que estabelecem referências sobre o que é considerado próprio do masculino e do feminino, influenciando suas formas de agir, expressar-se e ocupar os espaços sociais. Quando essas classificações são naturalizadas, construções culturais passam a ser compreendidas como características inerentes aos indivíduos, contribuindo para a reprodução de hierarquias, preconceitos e desigualdades.

Nas práticas corporais, essas construções ganham particular relevância, pois o corpo não representa apenas uma dimensão biológica, mas também um espaço de expressão, produção de identidades e manifestação de valores socioculturais. Modalidades como futebol, lutas e jogos competitivos são frequentemente associadas ao masculino, enquanto dança e ginástica são relacionadas ao feminino. Essas classificações, contudo, não decorrem de capacidades naturais, mas de processos de socialização que condicionam interesses e limitam as oportunidades de vivenciar diferentes manifestações da cultura corporal.

No contexto escolar, essas relações encontram condições tanto para sua reprodução quanto para seu questionamento. Na Educação Física, essa problemática ganha expressividade porque corpo, movimento e práticas corporais constituem

[1] Graduando do Curso de Educação Física da Asces-Unita, 2023142098@app.asces.edu.br
[2] Graduando pelo Curso de Educação Física da Asces-Unita, 2024105532@app.asces.edu.br
[3] Graduando do Curso de Educação Física da Asces-Unita, 2024142354@app.asces.edu.br
[4] Graduando pelo Curso de Educação Física da Asces-Unita, 2024142352@app.asces.edu.br
[5] Doutora pelo Curso de Educação Física da Universidade Federal - UF, robertagranville@asces.edu.br

ISSN: 2358-8829

elementos centrais do processo educativo. Historicamente, concepções pedagógicas valorizaram a força, a competitividade e o desempenho físico, reforçando distinções entre meninos e meninas. Embora as possibilidades de intervenção tenham se ampliado, ainda persistem associações como o futebol enquanto prática masculina e o voleibol como atividade feminina, evidenciando a permanência de expectativas sociais que condicionam as experiências dos estudantes.

As desigualdades, entretanto, ultrapassam a escolha das modalidades, manifestando-se na ocupação dos espaços, na composição das equipes, no reconhecimento das habilidades e nas oportunidades de participação e aprendizagem. As normas de gênero podem produzir constrangimentos, exclusões e desestímulos, restringindo as experiências corporais dos estudantes. Silva (2021), ao investigar as relações entre condição juvenil, desigualdades de gênero e exclusão nas aulas de Educação Física, evidencia situações que comprometem a participação das meninas. Complementarmente, Moraes, Dias e Oliveira (2023) demonstram como as narrativas de gênero atravessam as experiências corporais e as relações estabelecidas no ambiente educativo.

Diante dessa realidade, a escola deve ser compreendida como espaço de formação capaz de problematizar as desigualdades socialmente construídas. A Educação Física, ao possibilitar o acesso às diferentes manifestações da cultura corporal de movimento, apresenta importantes possibilidades para ampliar experiências e questionar normas. A Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) contempla brincadeiras e jogos, esportes, ginásticas, danças, lutas e práticas corporais de aventura, oferecendo um repertório diversificado de conhecimentos. Entretanto, a diversificação dos conteúdos, por si só, não garante relações igualitárias, sendo necessário considerar a organização das atividades, a participação dos estudantes e as oportunidades efetivas de aprendizagem.

Nesse processo, a atuação docente é fundamental, pois as escolhas metodológicas e as intervenções pedagógicas podem reproduzir ou desconstruir normas. Mais do que garantir a presença de todos, é necessário assegurar condições de participação, experimentação e aprendizagem, enfrentando atitudes discriminatórias e discursos que atribuem determinadas práticas corporais exclusivamente a meninos ou meninas. Sousa e Coffani (2024) destacam o potencial dos jogos e das brincadeiras na desconstrução dessas normas, ressaltando a importância da organização pedagógica para promover experiências inclusivas e equitativas.

ISSN: 2358-8829

Assim, discutir a construção social de gênero na Educação Física escolar significa problematizar as barreiras que condicionam historicamente as experiências corporais e as relações entre os estudantes. Rompê-las exige reconhecer que as diferenças entre os sujeitos não justificam desigualdades de participação, reconhecimento e aprendizagem. Essa discussão é essencial para pensar uma prática pedagógica comprometida com a formação humana, o enfrentamento do sexismo e a democratização do acesso à cultura corporal.

Diante do exposto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar como as normas de gênero se manifestam nas aulas de Educação Física escolar e discutir possibilidades pedagógicas para sua desconstrução, considerando as relações entre os estudantes, as experiências corporais e a atuação docente. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada em produções acadêmicas localizadas nas plataformas SciELO e Google Acadêmico, entre outras fontes. Parte-se da compreensão de que a barreira a ser quebrada não reside nas diferenças entre os sujeitos, mas nas construções sociais e nas práticas pedagógicas que as transformam em desigualdades, exigindo uma Educação Física comprometida com o respeito, a equidade e o direito de todos à apropriação das diferentes manifestações da cultura corporal.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa e natureza bibliográfica, cujo propósito foi analisar como a construção social de gênero se manifesta nas aulas de Educação Física escolar e identificar possibilidades pedagógicas para desconstruir normas e desigualdades nas experiências corporais dos estudantes. A abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender os significados, as relações sociais e os processos culturais que produzem e reproduzem desigualdades de gênero no contexto educativo. A pesquisa bibliográfica, por sua vez, fundamenta-se na análise de produções acadêmicas que permitem articular as contribuições teóricas às problemáticas presentes no cotidiano escolar.

O levantamento foi realizado nas plataformas SciELO e Google Acadêmico, além de outras fontes de consulta, contemplando estudos sobre construção social de gênero, relações de gênero no ambiente escolar, desigualdades e processos de exclusão nas aulas de Educação Física e possibilidades de intervenção pedagógica. A seleção considerou a pertinência das produções ao objeto de estudo e suas contribuições para compreender

como as normas condicionam a participação, a ocupação dos espaços e as oportunidades de aprendizagem nas práticas corporais.

Para orientar a análise, as discussões foram organizadas em quatro eixos: construção social de gênero e seus reflexos nas relações sociais; manifestações das desigualdades de gênero nas aulas de Educação Física; papel docente na reprodução ou desconstrução das normas; e possibilidades da Educação Física como espaço de inclusão, equidade e democratização das experiências corporais. Essa organização permitiu compreender a problemática para além da associação de modalidades esportivas ao masculino ou feminino, considerando as relações de poder, os processos de exclusão e as condições pedagógicas que interferem na participação dos estudantes.

O percurso analítico articulou as produções selecionadas, buscando identificar aproximações entre os estudos, problematizar as desigualdades evidenciadas e discutir estratégias pedagógicas para enfrentá-las. Nesse processo, foram consideradas especialmente as contribuições de Silva (2021), Moraes, Dias e Oliveira (2023) e Sousa e Coffani (2024), em diálogo com a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), como referências para compreender as relações de gênero, as experiências corporais e a organização de práticas educativas inclusivas.

Assim, a análise buscou evidenciar que a desconstrução das barreiras de gênero na Educação Física escolar ultrapassa a ampliação do repertório de atividades e a participação conjunta de meninos e meninas, exigindo a problematização das relações sociais e das práticas pedagógicas que produzem desigualdades.

REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A construção social de gênero e seus reflexos na sociedade

As relações de gênero são construídas historicamente por processos sociais e culturais que estabelecem papéis e expectativas atribuídos a homens e mulheres. Para Scott (1995), o gênero constitui um elemento das relações sociais fundamentadas nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma de significar relações de poder, evidenciando que as desigualdades são socialmente produzidas, e não naturais.

Desde a infância, a socialização influencia comportamentos e interesses, frequentemente associando meninos à força e à competitividade e meninas à delicadeza e ao cuidado. Louro (1997) destaca que essas diferenças são produzidas e reproduzidas

ISSN: 2358-8829

nas relações sociais e educativas, enquanto Goellner (2010) evidencia que os corpos e suas formas de expressão também são atravessados por normas e representações culturais.

Compreender o gênero como construção social implica reconhecer que não existem práticas ou habilidades exclusivamente masculinas ou femininas. Essas classificações limitam experiências e produzem desigualdades de participação e reconhecimento. Nesse sentido, a escola pode tanto reproduzir tais concepções quanto promover práticas educativas comprometidas com o respeito às diferenças (Moraes; Dias; Oliveira, 2023).

2.2 As relações de gênero nas aulas de Educação Física escolar

Historicamente, a Educação Física escolar foi marcada por concepções que valorizavam força, competitividade e desempenho físico, reforçando distinções entre meninos e meninas. Sousa e Altmann (1999) demonstram que as expectativas corporais atravessam a cultura escolar e condicionam as experiências e possibilidades de participação dos estudantes.

Essas representações aparecem na associação do futebol ao masculino e do voleibol ao feminino, influenciando não apenas a escolha das modalidades, mas também as relações entre os estudantes e a experimentação das práticas corporais. Altmann (1999) evidencia que as desigualdades de gênero também se expressam na apropriação diferenciada dos espaços escolares.

Silva (2021) e Moraes, Dias e Oliveira (2023) reforçam a permanência dessas desigualdades, especialmente nos processos de exclusão que afetam a participação das meninas. Assim, as barreiras de gênero manifestam-se nas oportunidades de participação, no reconhecimento das habilidades e na ocupação dos espaços, ultrapassando a simples separação entre meninos e meninas.

2.3 O papel do professor na desconstrução das normas de gênero

O professor de Educação Física desempenha papel fundamental na construção de um ambiente democrático e equitativo, uma vez que suas escolhas pedagógicas (conteúdos, organização dos espaços, equipes e distribuição de materiais) podem favorecer ou restringir experiências. Nesse sentido, Sousa e Altmann (1999) ressaltam a importância de considerar as expectativas corporais e as relações de gênero na intervenção docente.

Goellner (2010) destaca a necessidade de abordar corpos, gêneros, sexualidades e diversidade nas práticas educativas, problematizando os significados socioculturais que

atravessam as experiências dos sujeitos. Complementarmente, Sousa e Coffani (2024) evidenciam o potencial dos jogos e das brincadeiras para questionar e desconstruir normas de gênero. Assim, a atuação docente deve ultrapassar a participação formal, enfrentando discriminações, valorizando diferentes expressões corporais e assegurando oportunidades efetivas de aprendizagem para todos.

2.4 A Educação Física como espaço de inclusão e igualdade

A Educação Física escolar apresenta possibilidades de transformação das relações sociais por trabalhar com o corpo, o movimento, a convivência e as diferentes manifestações da cultura corporal. A Base Nacional Comum Curricular contempla brincadeiras e jogos, esportes, ginásticas, danças, lutas e práticas corporais de aventura (Brasil, 2018), ampliando o repertório de conhecimentos que podem ser desenvolvidos nas aulas. Entretanto, a diversidade de conteúdos, isoladamente, não assegura a superação das desigualdades, sendo necessário problematizar as relações estabelecidas durante as atividades.

Nessa perspectiva, a inclusão deve ultrapassar o acesso e a presença física dos estudantes, garantindo condições efetivas de participação, aprendizagem e desenvolvimento. Louro (1997) contribui para essa reflexão ao demonstrar que as práticas educativas também participam da produção das diferenças e desigualdades, o que exige questionar normas e padrões que estabelecem hierarquias entre os sujeitos.

Assim, uma Educação Física comprometida com a equidade precisa reconhecer e enfrentar as barreiras que limitam as experiências corporais dos estudantes. Isso implica desenvolver práticas pedagógicas críticas e inclusivas, nas quais o respeito às diferenças e a democratização do acesso à cultura corporal sejam princípios efetivos do processo educativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das produções acadêmicas evidenciou que as relações de gênero continuam atravessando as aulas de Educação Física escolar, influenciando a participação dos estudantes, a valorização das práticas corporais e a ocupação dos espaços. Essas relações são marcadas por expectativas e representações sociais que podem produzir desigualdades e limitar as experiências de aprendizagem. Para aprofundar essa discussão, os resultados foram organizados em quatro eixos: a permanência das normas de gênero nas práticas corporais; as desigualdades de participação e ocupação dos espaços; a

intervenção pedagógica como possibilidade de desconstrução; e a Educação Física escolar como espaço de inclusão e equidade.

3.1 A permanência das normas de gênero nas práticas corporais

A análise da literatura evidencia a permanência de associações culturais entre determinadas práticas corporais e os gêneros. Futebol e lutas são frequentemente relacionados ao universo masculino, enquanto dança e ginástica são associadas ao feminino. Essas classificações não correspondem a capacidades ou interesses biologicamente determinados, mas a construções históricas e culturais que influenciam a percepção dos sujeitos sobre seus corpos e suas possibilidades de participação.

Essa compreensão encontra respaldo em Scott (1995), que considera o gênero uma dimensão constitutiva das relações sociais e uma forma de significar relações de poder. Louro (1997), por sua vez, destaca como as diferenças são produzidas e reforçadas nas relações sociais e nas instituições educativas. Assim, as associações entre práticas corporais e gêneros não representam simples preferências individuais, mas expressam valores que podem estabelecer hierarquias e limitar experiências.

Nas aulas de Educação Física, essas representações podem restringir as oportunidades de aprendizagem, como ocorre quando se pressupõe que meninas possuem menor interesse ou habilidade para o futebol, ou quando meninos que se interessam por dança enfrentam julgamentos e constrangimentos. Portanto, as normas condicionam as experiências de todos os estudantes, embora seus efeitos possam ocorrer de maneiras distintas. As discussões de Moraes, Dias e Oliveira (2023) e Sousa e Coffani (2024) reforçam que essas narrativas são reproduzidas nas experiências escolares, mas também podem ser problematizadas por meio das práticas pedagógicas.

Desse modo, a superação das normas de gênero exige mais do que permitir escolhas individuais: requer questionar os significados atribuídos às práticas corporais e construir experiências que ampliem as possibilidades de participação e aprendizagem.

3.2 Desigualdades de participação e ocupação dos espaços nas aulas de Educação Física

As produções analisadas também evidenciam desigualdades na participação e na ocupação dos espaços durante as aulas, manifestadas na organização das equipes, na distribuição dos materiais, no acesso à bola, no protagonismo nos jogos e nas oportunidades de experimentar diferentes funções e modalidades. Essas situações demonstram que a desigualdade de gênero não se limita à separação explícita entre

meninos e meninas, podendo estar presente nas relações cotidianas e, muitas vezes, ser confundida com diferenças individuais de habilidade.

Sousa e Altmann (1999) discutem as expectativas corporais atribuídas aos estudantes e suas implicações na Educação Física escolar. De modo complementar, Altmann (1999) evidencia que as relações de gênero também se expressam na ocupação e no uso dos espaços escolares, podendo favorecer a visibilidade e o protagonismo de determinados grupos.

Nesse contexto, estar presente na atividade não significa necessariamente participar em condições de igualdade. Alguns estudantes podem receber menos oportunidades de intervenção, ter suas habilidades desconsideradas ou permanecer à margem das práticas. Silva (2021), ao discutir as desigualdades de gênero e os processos de exclusão nas aulas de Educação Física, contribui para compreender as dificuldades de participação vivenciadas pelas meninas, especialmente em contextos marcados pela valorização de habilidades tradicionalmente associadas ao masculino.

É importante, portanto, não atribuir essas desigualdades à falta de capacidade ou interesse das estudantes, mas considerar as oportunidades oferecidas, as relações entre os participantes e as decisões pedagógicas. Cabe ao professor observar não apenas quem participa, mas como essa participação acontece, identificando situações que limitam o protagonismo e o acesso às experiências da cultura corporal.

3.3 A intervenção pedagógica como possibilidade de desconstrução das normas

A literatura analisada evidencia a centralidade da atuação docente na construção de relações mais igualitárias nas aulas de Educação Física. As escolhas metodológicas, a seleção dos conteúdos, a organização das equipes e dos espaços e as expectativas em relação aos estudantes podem tanto reproduzir quanto questionar as normas de gênero.

Sousa e Altmann (1999) demonstram a importância de considerar as expectativas corporais direcionadas a meninos e meninas no planejamento pedagógico. Goellner (2010), por sua vez, destaca a necessidade de reconhecer os corpos e as experiências dos sujeitos em seus contextos sociais e culturais, compreendendo que o ensino das práticas corporais também envolve valores, identidades e relações de poder.

Uma intervenção comprometida com a desconstrução das normas precisa enfrentar comentários discriminatórios, questionar a associação de modalidades a um gênero específico e reorganizar atividades quando sua dinâmica favorece a exclusão. A diversificação dos conteúdos, contemplando jogos, esportes, danças, ginásticas e lutas,

ISSN: 2358-8829

constitui uma possibilidade importante, mas precisa estar acompanhada de intencionalidade educativa. A simples oferta de diferentes modalidades não garante inclusão quando as relações estabelecidas durante as aulas continuam reproduzindo preconceitos.

Nesse sentido, Sousa e Coffani (2024) destacam o potencial dos jogos e das brincadeiras no Ensino Fundamental I para problematizar normas de gênero e favorecer experiências mais inclusivas. Também são relevantes os momentos de diálogo sobre situações vivenciadas nas aulas, permitindo questionar quem ocupa os espaços, quem assume posições de liderança e por que determinadas práticas são consideradas masculinas ou femininas.

Assim, a desconstrução das normas exige uma ação docente contínua, que articule planejamento, intervenção e reflexão sobre as relações construídas no cotidiano escolar, assegurando condições efetivas de participação e aprendizagem.

3.4 A Educação Física escolar como espaço de inclusão e equidade

A Educação Física escolar apresenta possibilidades para transformar as relações de gênero, pois trabalha com o corpo, o movimento, a convivência e diferentes manifestações culturais. Entretanto, esse potencial depende das concepções de ensino e das decisões pedagógicas que orientam as aulas.

A Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) contempla brincadeiras e jogos, esportes, ginásticas, danças, lutas e práticas corporais de aventura, ampliando as possibilidades de acesso dos estudantes à cultura corporal de movimento. Contudo, a diversidade curricular, isoladamente, não assegura a inclusão: é necessário desenvolver práticas que enfrentem desigualdades e questionem classificações que restringem a participação.

Nessa perspectiva, é importante distinguir a oferta formal das mesmas atividades da garantia de condições equitativas de aprendizagem. Quando preconceitos, desigualdades de experiência e relações de poder dificultam a participação de determinados estudantes, cabe ao professor reconhecer essas barreiras e organizar intervenções que ampliem suas oportunidades. Goellner (2010) contribui para essa compreensão ao defender o reconhecimento da diversidade dos corpos e das experiências, indicando que inclusão não significa apenas presença física, mas valorização dos sujeitos e de suas possibilidades de aprendizagem.

ISSN: 2358-8829

Portanto, a Educação Física pode constituir um espaço de enfrentamento das desigualdades quando assume uma perspectiva crítica e inclusiva, possibilitando aos estudantes vivenciar diferentes práticas corporais e questionar os significados sociais que as atravessam. Em síntese, a análise bibliográfica indica que as normas de gênero produzem expectativas e restrições às experiências escolares, mas podem ser problematizados por intervenções pedagógicas intencionais e pela construção de condições efetivas de participação. A barreira a ser quebrada, portanto, não está nas diferenças entre os sujeitos, mas nas construções sociais e nas práticas que as transformam em desigualdades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar como as normas de gênero se manifestam nas aulas de Educação Física escolar e discutir possibilidades pedagógicas para sua desconstrução, considerando as relações entre os estudantes, as experiências corporais e a atuação docente. A análise das produções acadêmicas evidenciou que as relações de gênero continuam atravessando o cotidiano escolar, influenciando a participação, a escolha das práticas corporais, a ocupação dos espaços e as oportunidades de aprendizagem.

Compreendeu-se que a associação de modalidades esportivas e manifestações corporais ao masculino ou ao feminino não decorre de capacidades naturais, mas de construções históricas, culturais e sociais que delimitam experiências e reforçam preconceitos. Práticas como futebol, lutas, dança e ginástica são frequentemente submetidas a essas classificações, que restringem a participação e o protagonismo dos estudantes. Essas desigualdades também se expressam nas relações cotidianas, no reconhecimento das habilidades individuais e na ocupação dos espaços.

Nesse contexto, a Educação Física escolar pode tanto reproduzir padrões e hierarquias sociais quanto criar possibilidades para questioná-los. Por trabalhar diretamente com o corpo e as manifestações da cultura corporal de movimento, esse componente curricular exige práticas pedagógicas que ultrapassem as dimensões técnica e esportiva, reconhecendo os valores, as relações de poder e os significados que atravessam as experiências corporais.

Destaca-se, portanto, o papel do professor na desconstrução das normas de gênero, por meio de uma atuação intencional que identifique situações discriminatórias,

problematize comportamentos naturalizados, reorganize atividades e assegure condições efetivas de participação e aprendizagem. A diversificação dos conteúdos, a valorização das diferentes manifestações da cultura corporal e a construção de espaços de diálogo constituem estratégias importantes para promover experiências democráticas e inclusivas.

Ressalta-se, ainda, que igualdade não significa apenas oferecer as mesmas atividades a todos, mas reconhecer e enfrentar as barreiras que limitam a participação. Uma Educação Física comprometida com a equidade deve questionar privilégios e impedir que diferenças individuais sejam utilizadas como justificativa para exclusões, reconhecendo todos os estudantes como sujeitos de direitos e de aprendizagem, capazes de vivenciar e ressignificar as práticas corporais.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, as reflexões apresentadas estão fundamentadas nas produções analisadas e não esgotam a complexidade das relações de gênero no ambiente escolar. Assim, tornam-se necessárias novas investigações que aprofundem essa discussão em diferentes etapas da educação básica, contemplando as práticas pedagógicas, a formação inicial e continuada dos professores e as experiências dos estudantes nas aulas de Educação Física.

Por fim, romper as barreiras de gênero na Educação Física escolar exige compromisso permanente com a transformação das práticas e das relações construídas no cotidiano educativo. A barreira a ser quebrada não está nas diferenças entre os sujeitos, mas nas normas, preconceitos e desigualdades que restringem suas experiências e possibilidades de aprendizagem. Construir uma Educação Física democrática significa assegurar que todos possam participar, experimentar, aprender e desenvolver suas potencialidades, sem que padrões socialmente estabelecidos determinem seus lugares, suas capacidades ou aquilo que podem vivenciar.

Palavras-chave: Gênero, Educação Física Escolar, Sexismo.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. Marias (e) homens nas quadras: sobre a ocupação do espaço físico escolar. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 157-173, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em:. Acesso em: 4 nov. 2026.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. Cadernos de Formação RBCE, v. 1, n. 2, p. 71-83, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MORAES, Bruna Caroline Soares Lopes; DIAS, Juliana Rocha Adelino; OLIVEIRA, Rogério Cruz de. As narrativas de gênero na Educação Física escolar: scoping review da literatura científica brasileira nas Ciências da Saúde. **Educação em Revista,** Belo Horizonte, v. 39, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-469839104.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. Condição juvenil, desigualdades de gênero e processos de exclusão nas aulas de Educação Física escolar**. Civitas: Revista de Ciências Sociais,** Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 344-354, 2021. DOI: https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.2.37319.

SOUSA, Eustáquia Salvadora de; ALTMANN, Helena. Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar. Cadernos CEDES, Campinas, v. 19, n. 48, p. 52-68, ago. 1999. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-32621999000100004.

SOUSA, Marluci Michele de; COFFANI, Márcia Cristina Rodrigues da Silva. Jogos e brincadeiras: desconstruções dos estereótipos de gênero nas aulas de Educação Física no Ensino Fundamental I**. Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina,** v. 45, n. 2, p. 307-318, 2024. DOI: https://doi.org/10.5433/1679-0383.2024v45n2p307.